

Percepções de justiça e competências políticas em Nova Iguaçu (RJ)¹

Perceptions of justice and political skills in Nova Iguaçu, state of Rio de Janeiro

Jussara Freire²
jfreire@ibmecrj.br

Resumo

Partindo da descrição de um ato público, recorte de uma etnografia que realizei em Nova Iguaçu, de 2001 a 2005, este trabalho tem como objetivo descrever e interpretar algumas gramáticas políticas que sustentam ações e mobilizações coletivas da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB), no estado do Rio de Janeiro. Estas gramáticas permitirão entender como as percepções de justiça destes protagonistas se relacionam com a construção de uma reivindicação. Por este motivo, mobilizar as ferramentas cognitivas e emotivas, de forma adequada à situação em que se inserem, representa uma das mais imprescindíveis competências destes atores para que suas participações sejam "levadas a sério", no sentido de suas reivindicações serem reconhecidas publicamente como prioritárias. Neste sentido, será analisada detalhadamente a forma como estes coletivos recorrem às emoções no momento de formular suas reivindicações. Pois a continuidade do recurso emotivo nas reivindicações destes coletivos, ao longo destas duas últimas décadas, aponta para uma forma singular de engajamento político, um recurso que se relaciona com a dificuldade de ser ouvido no espaço público.

Palavras-chave: movimentos sociais, reivindicação, reconhecimento.

Abstract

Starting from the description of a public act, which is part of an ethnographic study I conducted in Nova Iguaçu from 2001 to 2005, this article describes and interprets some politics grammars that undergird collective actions and mobilizations by the of the Federation of Dwellers' Associations (MAB) of Nova Iguaçu, in the state of Rio de Janeiro. Those grammars allow us to understand how these actors' perceptions of justice are related to the construction of a public claim. For this reason, mobilizing the cognitive and emotive tools adequate to each situation they are involved in represents one of the most essential skills for those actors. The adequate mobilization of tools makes their political participation to be "taken seriously" in the sense that their public claims are publicly recognized as priorities. Thus, the article analyzes in detail how these groups appeal to emotions at the moment of expressing their public claims. The continuous use of emotions as resources in their public claims over the past two decades points to a unique form of political involvement, a resource that is related to their difficulty of being heard in the public space.

Key words: social movements, public claim, recognition

¹ Este artigo foi elaborado no quadro de minha participação no II Seminário Nacional de Movimentos Sociais (2007).

² Professora adjunta I de Sociologia e Antropologia no IBMEC-RJ (Faculdade Evandro Lins e Silva /IBMEC-RJ).

Introdução

Partindo de um recorte da descrição etnográfica que realizei em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense (RJ), este artigo tem como objetivo propor uma interpretação de um movimento social, a Federação de Associações de Moradores daquela cidade (o *Movimento Amigos de Bairros – MAB*), atenta para a compreensão do processo de problematização e de definição de "problemas sociais" considerados prioritários por suas lideranças. Por serem reconhecidos como prioritários por estes atores sociais, estes assuntos serão assim problematizados e tratados em um horizonte de publicidade. Dito de outra forma, trata-se de realizar uma descrição interpretativa do espaço público iguaçuano e sua dinâmica. A temática da ação coletiva é analisada a partir da forma como ela é percebida e lida *pelos atores* sociais nela envolvidos cotidianamente.

A perspectiva teórica deste trabalho fundamenta-se na Sociologia norte-americana dos problemas públicos, particularmente na abordagem de Gusfield (1981), que consiste em focalizar o processo de publicidade do ponto de vista dos atores sociais nele envolvidos e no seu movimento espacial-temporal, sempre em curso de elaboração. Complementarmente, baseio-me na chamada Sociologia Pragmatista francesa (em particular, nos trabalhos de Luc Boltanski e de Laurent Thévenot), que oferece precisas ferramentas conceituais para observar operações críticas, provas e disputas.

Esta abordagem fornece "conceitos de sensibilização" (Blumer, 1969), que permitem focalizar os processos de constituição e de formação de espaços públicos a partir das críticas elaboradas pelos atores sociais *em situação*. Assim, trata-se de analisar os movimentos sociais a partir das percepções dos próprios atores do que eles consideram justo e injusto, de situação em situação, e entender como estes "sensos do justo" constituem a trama da construção da ordem pública.

Adotar este ponto de vista implica compreender a relação com os protagonistas observados de um modo que não se baseia numa relação de desconfiança, ou suspeita quanto ao entendimento contido nos discursos ouvidos, cujo sentido profundo (inacessível aos próprios atores) seria "desvelado" pelo pesquisador, mas, sim, numa postura descritiva e interpretativa do ponto de vista do *agente competente*³. De certa forma, pode-se observar que estes dois referenciais propõem a passagem de uma sociologia crítica para uma sociologia *da* crítica, considerando que as operações críticas e os "sensos de justiça" são os princípios interpretativos para analisar as ações pessoais, as quais precisam ser

contextualizadas nos seus universos sociais, espaciais e temporais. Considerar uma ação em situação é o fundamento da compreensão do processo de publicização. Logo, trata-se de se aproximar do princípio sociológico de neutralidade axiológica para que possa ser lida a construção do espaço público (e a respectiva participação dos movimentos sociais neste) pelos seus atores.

O pressuposto básico desta perspectiva é que os atores sociais são *agentes competentes*. Entendo por esta expressão que as pessoas cujas atividades são descritas abaixo possuem e desenvolvem competências próprias quando problematizam determinados assuntos. Assim, uma "descrição densa" (Geertz, 1989) de *casos particulares do possível* elucida não somente o entendimento da pluralidade de espaços públicos particulares brasileiros (neste trabalho, os de Nova Iguaçu), mas também, por extensão, da ordem pública a partir de um esforço de reconstrução deste mosaico.

Especificamente, este texto procura, a partir das operações críticas e da indignação de pessoas envolvidas, descrever algumas destas competências e analisar estas mobilizações coletivas à luz da pluralidade de situações que constituem sua ação coletiva. Em suma, proponho descrever e interpretar as competências dos militantes iguaçuanos no momento em que se encontram em situação de justificar suas ações e de publicizar suas indignações e suas denúncias. Com a preocupação de respeitar o espaço deste artigo, proponho retomar a descrição de um ato público que me parece um dos melhores exemplos para descrever as competências e o *savoir-faire* dos coletivos engajados, direta ou indiretamente, no MAB.

As seqüências da organização de um ato público

Chegada nos bastidores

Em um dia de inverno, em 2003⁴, em frente à sede da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB), na movimentada Rua Ataíde Pimenta de Moraes, uma das artérias do centro da cidade, um homem de certa idade estava ligeiramente inclinado, analisando a caixa de correio do portão. Chegando à sede, aproximo-me e compreendo imediatamente a causa da posição inclinada deste homem, por ter visto, freqüentemente, esta situação ao longo de minha pesquisa de campo.

A porta recortada no portão de ferro do MAB está fechada. O lugar é cercado por um muro alto com uma guarita de

³ Esta postura foi amplamente discutida na obra de Boltanski (1990), que propõe um quadro analítico voltado para a descrição das competências que as pessoas desenvolvem nas suas ações cotidianas, e não para uma análise que revelaria suas ilusões, a partir de uma atividade científica marcada pela externalidade em relação à realidade observada. A assimilação da atividade científica a uma operação de "revelação" de ilusões pode ser atestada, sob formas diversas, na obras de Marx, Durkheim, ou ainda, Pareto, para os quais as ilusões sociais são designadas por diferentes termos: ideologias, pré-noções, representações, crenças, resíduos (Boltanski, 1990, p. 40-41).

⁴ Para preservar o anonimato e os termos do que foi decidido com os protagonistas do meu trabalho de campo, alterei nomes, datas e determinados lugares. Em alguns momentos, também alterei sensivelmente certos fatos que me pareceram envolver situações que também ofenderiam este acordo. Não creio que estes cuidados, derivados de exigências éticas, tenham afetado a fidedignidade da descrição apresentada.

vidro no seu ápice. Pode-se ver, nesta parede, a sigla pintada da Confederação Nacional de Associações de Moradores, em cima do portão, ao lado da abreviação da Federação Municipal, MAB, que preservou a denominação original do movimento (*Movimento Amigos de Bairro*). Na parede esquerda do portão, um grafite multicolorido exibe uma figa com um gigantesco comentário "o POVO tem FORÇA", apagada meses depois de minha "entrada no campo". Francisca, uma das presidentes do MAB, explicou-me que este grafite foi realizado pelo movimento *hip hop*, há alguns anos. Parece ter havido certas divergências internas quanto à sua estética, e concluiu-se, por decisão consensual, eliminá-lo. Por causa da altura da parede, é impossível enxergar a parte interna da sede.

Os *habitués* conhecem os dois truques que permitem concluir se o MAB está, de fato, fechado, ou se pessoas se tranca-ram dentro da sede. O primeiro é verificar se o cadeado está colocado na porta, do lado da rua. Sem cadeado, é indicado ao visitante, acostumado a freqüentar o MAB, que ninguém está no momento na sede, mas que alguém chegará em breve. Ou, ainda, que uma reunião fechada está ocorrendo. O segundo truque, que não exclui o primeiro, é olhar pela fresta da caixa de correio. Neste caso, a caixa acaba cumprindo um outro papel: o de olho mágico invertido. É só abaixar a cabeça e olhar pela fresta; ela oferece uma estreita perspectiva retangular do pátio do MAB: uma grande área coberta de alumínio – espaço híbrido entre o pátio e o galpão –, cujo piso é revestido de cimento encerado. Nos fundos, uma varanda, a entrada do que era uma casa. Pode-se ainda entrever um antigo quarto da casa, que é, hoje, a sala da diretoria.

Nesta sala, pode-se adivinhar que algumas pessoas estão sentadas nas cadeiras espalhadas em torno de uma larga mesa retangular. Elas conversam e movimentam as mãos energicamente. Um homem magro parece atarefado. Fala ao seu celular. Celulares, mesas de escritório e cadeiras, pessoas e gestos... Este é o conjunto de humanos e de não-humanos (Latour, 1993) que pode ser visto através da caixa de correio. Este uso reorientado da caixa aparece neste preciso contexto como um dispositivo que permite definir uma situação, evitando qualquer desentendimento que pudesse ser mal interpretado (esquecer uma reunião), ou então ir "à toa" ao MAB e voltar com a sensação de perda de tempo e dinheiro (da passagem de ônibus).

Constatada a presença de gente na sede, agora é preciso recorrer à força do braço para bater no portão e chamar a atenção dos que estão na sala da diretoria. A rua Ataíde Pimenta de Moraes, um dos eixos centrais de Nova Iguaçu, é particularmente barulhenta devido à passagem de ônibus, carros e carretas. Por vezes, esses ruídos se misturam com cânticos evangélicos das igrejas vizinhas ao MAB. Para saber se o esforço foi bem-

sucedido, mais uma vez volta-se a usar a fresta da caixa de correio para verificar se algum ouvido mais aguçado sensibilizou-se com as batidas. De fato, um diretor do MAB, detentor da chave da sede, aproxima-se com o chaveiro na mão. O alegre barulho de chave faz com que a figura que está do lado de fora, após tantos esforços, emita um suspiro de quase contentamento. O sentimento cresce ainda mais quando ouve o ruído da chave na fechadura. Está aberta a porta de um dos universos do engajamento político iguaçuano. Uma arena pública que reúne grande diversidade de pessoas, que representam não somente associações de moradores, mas, também, paralelamente, partidos políticos, sindicatos, ONGs etc.

Prestes a demonstrar o entusiasmo de rever o diretor e, quiçá, o espaço, "os companheiros" e o ambiente da sede, o homem que entra comigo – analisando a gravidade da hora e o tom sério que se expressa no rosto do diretor – se abstém de qualquer demonstração de emoção. Eu o sigo com certo constrangimento, devido ao meu atraso para esta reunião, marcada quinze minutos antes de nossa chegada. Somos saudados, com um breve sorriso, pelo diretor e um gesto rápido que indica o local da reunião que ocorria em uma sala que não podia ser vista daquela fresta.

Atravessando o pátio/galpão, ele nos conduz até a primeira porta à esquerda após a varanda. Entramos. O ventilador de teto está ligado. Há bancos de madeira em que cabem três ou quatro pessoas, carteiras e cadeiras. Algumas sem encosto, outras com uma ou outra perna frouxa. Os assentos estão alinhados diante de uma escrivaninha de madeira que, colocada de frente para o público, preside a sala. Atrás dela, na parede, um pequeno quadro negro. Cerca de quinze pessoas estão sentadas, espalhadas pela sala. Uma inclina a cabeça para um lado e para o outro: uma das colunas da sala impede-a de ver a mesa. Logo, ela escolhe outro assento e muda de lugar. Quase todas têm uma agenda de um partido político, do Movimento dos Sem Terra ou de outras organizações. Aquele homem enérgico que era visto na varanda, pela fresta da caixa de correio, está agora em pé, com seu celular, encostado na porta da sala, ao lado da mesa. Ele é jornalista da imprensa local. Enquanto isso, a presidente do MAB está sentada à "mesa presidencial". Uma outra mulher, Mariana, pertencente a um sindicato, está a seu lado. O jornalista anda em pequenos círculos e visivelmente reflete sobre o que vai falar.

A importância deste dia e a seriedade deste momento se devem ao fato de que a pauta da reunião visava a elaborar uma carta à população, isto é, encontrar argumentos coerentes que incentivassem os iguaçuanos a participar do ato público em curso de preparação. Este é, portanto, um dos bastidores do ato no qual se elabora a gramática⁵ política que orientará a ação coletiva que virá e que será publicizada através do ato.

⁵ Neste trabalho, o termo "gramática" designa os conjuntos de regras ou coações (*contraintes*) a serem seguidas por participantes de uma mesma situação, unidade espacial e temporal em que pessoas compartilham uma mesma ação, para que cada um deles aja de forma adequada a um contexto. O ajustamento a estas regras reflete um trabalho prévio de definição de situação que se caracteriza pela competência de relacionar a justeza da gramática mobilizada em uma situação com um princípio superior comum que é compartilhado por todos os participantes.

Os bastidores: espaço de definição, de problematização e de preparação à mobilização: “É triste a situação de Nova Iguaçu”

A presidente do MAB toma a palavra, e, sentada em frente às pessoas, explica o motivo do encontro do dia:

Companheiros, a defesa civil assumiu literalmente a defesa do prefeito [ela está se referindo a uma agressão, cometida por um guarda municipal, contra um manifestante durante um ato público anterior, organizado por movimentos estudantis, que ocorreu em frente à prefeitura, em oposição a uma lei municipal que autorizava a supressão do passe livre para estudantes]. [...] O objetivo de estarmos aqui é dar um novo caráter a esta cidade; estamos aqui para fazer uma carta aberta à população, só que este movimento tem que ter ME-TO-DO-LO-GIA, e por isso estamos aqui para tirar uma comissão organizadora, vamos tirar aqui pessoas, um grupo que vai organizar o ato.

Uma pessoa franze as sobrancelhas. O resto ouve atentamente.

Dois pessoas levantam o braço: o jornalista e Mariana. Esta seqüência da reunião consistia em definir quais seriam os problemas a serem enfatizados, isto é, “publicizados”, na “carta aberta” tanto à população, bem como em artigos a serem divulgados pela imprensa local. O terceiro ponto da pauta, a terceira seqüência, teria como objetivo aprovar a carta à população e tirar uma comissão organizadora. Dentre seus integrantes, vereadores, diretores do movimento, sindicalistas e/ou militantes de partidos políticos de esquerda. O corpo do jornalista, que estava meio arqueado, se retesa de repente:

Todos os movimentos que se sentem lesados pelo governo estão aqui. Gerou-se uma insatisfação com o passe livre. Um dos primeiros efeitos é a produção desta carta, que vai dar ciência à população. Estão juntas entidades partidárias e institucionais. Esta reunião vai no sentido de manifestar esta insatisfação. Foi tirada uma comissão para a redação desta carta. Aqui está o dorso desta carta, é a idéia operacional. Nós temos que tirar a data e local, saber se vamos fazer uma passeata e viabilizar a quantidade de cartas a serem distribuídas. Hoje temos uma discussão metodológica, uma discussão mais interna, institucional.

Em seguida, ele lê sua versão da carta aberta à população, acentuando “as falcaturas” políticas do governo municipal. Após esta leitura, Mariana também apresenta outra versão, muito parecida com a dele. Ela lê o texto com uma entonação quase litúrgica. Este texto também se abre com a frase “É triste a situação de Nova Iguaçu”, embora acentue mais os descuidos do governo municipal em relação aos servidores públicos. A platéia demonstra maior satisfação com a versão de Mariana.

Um dos participantes, com ar de surpresa, levanta seu braço: “Olha, eu concordo totalmente com esta iniciativa, mas eu não tenho como apoiar enquanto representante do [um par-

tido político]. Se eu soubesse que era isso, não teria vindo porque não dá para aprovar isso. Eu pessoalmente aprovo, mas não tenho como apoiar este ato em nome do meu partido”. Ele ainda fica algum tempo e acaba por sair minutos após sua colocação. Sua despedida cria certa tensão. Mas os dois leitores das respectivas cartas rapidamente reorientam a reunião para a organização do ato público, comentando os seus escritos. “Companheiros, está aprovado?”

Outros participantes acrescentam alguns pormenores, e o documento é aprovado por unanimidade. Mariana encarregase de mandar a versão final para todos e de imprimir os panfletos na gráfica.

Mas um ato público requer um número considerável de manifestantes. Assim, ela acrescenta a necessidade de se conseguir ônibus para conduzir os manifestantes de bairros mais distantes para o Centro da cidade. Para ser visível e para dar literalmente voz à indignação, um ato público também requer equipamentos que possibilitem envolver os transeuntes, além de manifestar a insatisfação publicamente e em alto volume ao governo. Mariana ressalta, ainda, o dispositivo imperativo de um ato ou de uma passeata: um carro de som, a ser emprestado pelo sindicato que também participa da organização do ato.

No documento final, as duas versões sofreram poucas alterações e foram juntadas sem grande dificuldade, pelo fato de estarem marcadas por sentimentos de indignação referentes a assuntos comuns, embora enfatizados diferentemente. Esses sentimentos darão o nome ao ato público: “Ato de protesto pela moralização da administração pública”, como ilustra o produto final desta e de outras reuniões: o panfleto, de papel fino, em formato A4:

BORNIER E MÁRIO MARQUES: CADÊ O DINHEIRO DE NOVA IGUAÇU?

É triste a situação de Nova Iguaçu. A prefeitura arrecada, anualmente, mais de R\$ 200 milhões com tributos, fora repasses federais e estaduais, mas o povo não recebe o retorno. Essa verba não é aplicada em políticas públicas capazes de proporcionar uma vida saudável e de orgulho pelo Município.

A maioria das ruas está suja. Não há saneamento e nem iluminação. O dinheiro arrecadado com a Taxa de Manutenção e Iluminação Pública parece que não está sendo usado, pois a escuridão toma conta dos bairros. A dupla Nelson Bornier e Mário Marques prometeu sanear e asfaltar 647 ruas, em 77 bairros, através do convênio de R\$ 104 milhões com o Governo Estadual. Apenas algumas delas receberam as obras eleitorais. Em outras comunidades elas não iniciaram ou estão paradas, causando transtorno e sofrimento à população. Onde está o dinheiro?

Os funcionários públicos estão humilhados. Um profissional de nível superior ganha R\$ 330,00 e o do nível médio R\$ 245,00. Há três anos ganharam uma ação na Justiça, referente à Lei 709/83, que lhes garante o reajuste salarial, mas até agora o Prefeito se nega a cumprir, desacatando três ordens judiciais. Será uma afronta ao Poder Judiciário ou ele está amparado por algum padrinho? Isso pode gerar intervenção do Estado no Município.

No Social é triste a situação das famílias que necessitam de um Programa. Os poucos que existem, graças aos convênios realizados com o Governo Estadual e federal, como o Núcleo de Atendimento às Famílias e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, funcionam precariamente. As Cestas-Esmolas oferecidas contêm meia dúzia de produtos, e para conseguir é preciso esperar as doações feitas por um parque de diversões.

A defesa Civil, que deveria proteger as famílias em caso de emergência, só serve para agredir os camelôs e os estudantes que estão lutando pelo Passe Livre.

Na Saúde, gasta-se aproximadamente 90% de dinheiro do SUS com clínicas particulares, enquanto os postos e unidades da Prefeitura agonizam à espera de investimentos. Municipalizaram o Hospital da Posse e contrataram uma cooperativa de cabos eleitorais para atender os pacientes, ignorando o concurso público. O Hospital SASE, que recebia R\$ 187 mil mensais para atender à população, não o fazia, o que acarretou numa CPI. O Ministério da Saúde mandou devolver R\$ 6 milhões que foram gastos indevidamente. Quem vai pagar esta conta? Outra vez o sofrido contribuinte? Quantos SASEs existem surrupiando o dinheiro do povo?

Na Educação, o Prefeito se orgulha de reformar as escolas ao custo de R\$ 900 mil. No entanto, os adolescentes não têm acesso a elas, em função da falta do passe livre. Para justificar o número baixo de frequência em diversas escolas, alguns diretores são obrigados a dar dados para outras unidades.

O desrespeito ao povo é evidente neste Governo. As emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias feitas pelo povo que participou das Audiências Públicas receberam o veto do Prefeito. Será que ele conhece melhor que o povo as necessidades dos bairros?

Esta crise tem solução. Basta nossa união. Vamos para as ruas, pedir ao Poder Judiciário uma atitude justa. É preciso saber em quais paraísos esses aproveitadores estão investindo o nosso dinheiro. Eles têm que cumprir com a Constituição e as Leis, como qualquer pessoa do povo. Por isso, a sua participação é importante no **ATO DE PROTESTO E PELA MORALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, que será realizado no [data retirada] às 14:00. A concentração será na Praça da Liberdade. Leve um lenço ou uma bandeira para demonstrar sua vontade de **TRANSFORMAR NOVA IGUAÇU**.

**ASSINAM ESTA CARTA À POPULAÇÃO
MAB UENI ARES U.J.S. SINDSPREV ASPI
PSB PSTU PCdoB PCB**

Economia de debate e de “assembleísmo”: a continuidade do repertório político do MAB

Observa-se, nesta breve descrição, que o resultado do trabalho de problematização não foi realizado em colaboração com a platéia, no sentido de recolher a diversidade de definições de problemas dos demais atores desta arena para serem incorporados no documento final. Em uma seqüência anterior a esta reunião, estes dois protagonistas redigiram suas cartas incorporando repertórios reivindicativos que extraíram de outros repertórios políticos. Ambos prepararam, de forma quase definitiva, o que iria constituir a versão final de uma carta à população assinada por uma diversidade de movimentos.

Uma análise desatenta poderia deduzir uma ausência de participação, no sentido de abrir pouco espaço de discussão, por parte dos participantes, em torno do conteúdo do documento. Esta leitura se deveria a uma imposição utilitária de um portavoz, que manipula a situação de apresentação de si (Goffman, 1991b) em situação pública, reunindo lideranças de associações de moradores para difundir uma reivindicação oriunda de outra arena (geralmente, uma arena partidária). Este tipo de crítica está presente tanto nas Ciências Sociais quanto nos próprios movimentos sob a forma de denúncia das práticas de cooptação das associações de moradores pelos partidos políticos, o que leva imediatamente ao diagnóstico de crise, ou de fim dos movimentos de base. Nos movimentos sociais, este tipo de crítica pode ser encontrado numa gíria que se tornou também uma categoria militante: “passar o rodo” (em alguém). “Passar o rodo” é um recurso (e um risco) muito freqüente nos encontros que reúnem uma grande diversidade de arenas políticas⁶. Trata-se de questionar o bem fundado da colocação de um potencial manipulador através de um procedimento de abstração desta pessoa ou de eliminação de seu direito à voz. Assim, passar o rodo é uma evitação forçada, ou uma imposição por meio de um trabalho de convencimento em nome da sanção de ações e de falas que visam a promover um projeto particular (geralmente, beneficiando um partido político só ou uma única outra organização).

Contudo, esta pessoa geralmente não tem como recorrer à sua própria eliminação pelo fato de que ser alvo desta conduta se apresenta como um lembrete das ordens de grandezas que também

⁶ Um exemplo do que significa “passar o rodo”, extraído de minha etnografia: Ao longo de um processo eleitoral de uma associação de moradores, e em situações de bastidores preparativos da eleição, houve uma tentativa, por parte da antiga diretoria, de negociar com uma pessoa que queria se candidatar para retirar seu nome da chapa. Esta pessoa pertencia a uma organização específica, etiquetada de populista e clientelista, e isso tensionava a composição da chapa. Diante da recusa desta pessoa, os outros membros da chapa, antigos diretores, não tiveram outra escolha senão incorporar este nome indesejado. Contudo, a diretoria se reunia “formalmente” com esta pessoa e organizava paralelamente várias reuniões “informais” durante as quais tomavam decisões sobre as ações da associação. Muitas vezes, nas assembleias gerais com moradores, de caráter deliberativo, os diretores que coordenavam a mesa apresentavam determinadas decisões a serem votadas, apresentando justificações previamente elaboradas e com sólidos argumentos que decorriam deste trabalho de concertação. A pessoa excluída se manifestava, por vezes, surpresa ao ver surgir determinados assuntos, preocupada em ser vista como diretor nesta situação, mas com falas distantes dos outros diretores. Uma vez, defendeu uma posição contrária ao resto da diretoria, fazendo com que perdesse credibilidade diante da platéia, a qual terminou votando a favor da decisão da diretoria. Nesta ocasião, um diretor me disse em um tom confidencial: “passamos o rodo nele”.

regem a ordem social destas reuniões. No máximo, a pessoa eliminada, metaforicamente, poderá – como aconteceu em diversos momentos de minha etnografia – preparar um “plano B”, que efetivará em outra situação e tentará questionar novamente as ordens de grandezas a partir desta experiência anterior. Por maior que seja a ofensa de “ser limado”⁷, esta conduta não requer maior justificação, posto que aqueles que eliminam são “os grandes” (Boltanski e Thévenot, 1991), porta-vozes que agem em nome do princípio superior comum do MAB (a defesa dos direitos dos moradores de Nova Iguaçu). Em consequência, quem é percebido como manipulado, ou como ofensor a esta ordem, é legitimamente extraído. Por exemplo, a pessoa que “passa o rodo” pode também ser caracterizada, por parte das lideranças que condenam esta prática, porta-vozes do MAB, como interesseira, tornando-se um ator que, em nome de um bem comum, age contra o princípio superior comum dos atores do MAB. Em todos os casos, “passar o rodo” designa (ou denuncia) um erro de enquadramento de uma liderança em relação a uma situação, isto é, uma crítica desajustada ao “regime de ação”⁸ no qual ele se encontra.

Nas seqüências acima descritas (da reunião de preparação do ato público), percebe-se que não há presença de tensão em relação à forma e ao conteúdo da gramática empregada. Diga-se de passagem, Mariana é militante de um partido de extrema-esquerda. Ainda assim, o fato de os dois redatores da carta e da presidente da mesa poderem economizar este tempo de debate com o resto da platéia não pode ser lido, nesta situação precisa, à luz da categoria “passar o rodo”. Mesmo a ligeira tensão provocada pela saída de um dos membros da platéia não se define por um questionamento ou uma discordância dos argumentos da carta e das reivindicações desta mobilização, mas por uma tensão entre um “eu” que concorda com a ação coletiva, mas que privilegia seu vínculo com outra arena, que não pode assinar a carta. Neste sentido, o “nós” do qual é oriunda esta pessoa é o que justifica esta retração (os convites aos participantes não tinham sido acompanhados da pauta da reunião).

Dessa forma, nestes bastidores do ato público, os porta-vozes não estão em conflito com o bem comum defendido pelo MAB; muito pelo contrário, eles o estão dramatizando: retomando os principais repertórios políticos que constituem os eixos centrais das mobilizações coletivas do MAB, os autores operam um trabalho de narração “absorvente” (para empregar um texto clássico de Geertz, 1989) e de intriga que pode ser percebido com o recurso emotivo da carta e com o título interrogatório: “Bornier e Mário Marques: cadê o dinheiro de Nova Iguaçu?”. Uma interrogação irônica que pode despertar curiosidade e convidar a prosseguir a leitura do texto. Continuando, o leitor se depara com um convite para uma indignação formulada de forma singular, apelando para suas emoções.

Dessa forma, a versão final do panfleto incorpora não somente as duas versões preparadas antecipadamente pelos dois protagonistas para a organização da mobilização, mas também muitos dos temas referenciais que orientam as ações coletivas e cotidianas

do MAB, desde sua criação. Estes referenciais de mobilização coletiva foram construídos, ou melhor, definidos processualmente a partir da problematização de situações específicas, por parte de pessoas envolvidas no MAB e da população de Nova Iguaçu, junto com pessoas de outros movimentos e/ou partidos políticos. Como se vê, estão ali denunciados ou reivindicados quase todos os direitos sociais: educação, saúde, transporte, a cidade, principalmente saneamento básico (mas, também, equipamentos urbanos, calçamento de ruas, iluminação pública), e moradia. São, portanto, conjuntos de assuntos que se apoiam em percepções do que é o justo – percepções expressas pela indignação desses grupos que, em Nova Iguaçu e no Brasil, foram selecionados e priorizados a partir da definição de “problemas sociais” a serem publicizados (por parte dos movimentos sociais urbanos, há pelo menos três décadas).

Contudo, se os assuntos são os mesmos que se encontram nos panfletos das décadas de 1970 e 1980, mudanças sensíveis podem ser observadas no que diz respeito não só ao regime político, mas também à formulação da reivindicação, aos repertórios, aos coletivos ampliados, aos repertórios políticos, aos processos de encenação e de dramatização dos assuntos. Ao comparar esta com outra carta aberta assinada pelo MAB ao Prefeito Ruy Queiroz, em 1981, a semelhança dos assuntos problematizados e do trabalho de *mise en scène* destes temas poderá surpreender: “temos 150.000 crianças sem estudar”, “Sr Prefeito, somos um povo pobre [...], somos um povo doente. No entanto, somos servidos por uma precária Assistência Médica”, “toda a população de Nova Iguaçu vem pagando uma taxa de iluminação pública de Cr\$ 84 milhões com esse tributo inconstitucional e ilegal”, ou ainda, “[...] nossa grande aspiração é ver uma Nova Iguaçu onde todas as crianças tenham assegurado o seu direito de estudar; onde todos nós possamos ter nossa saúde protegida com abastecimento de água e ruas saneadas” (grifos na versão original).

Naquela carta, como em muitas outras da década de 80, alguns procedimentos de manifestação de indignação também são muitos semelhantes: o detalhamento dos números; o recurso ao estado físico-emocional; em vez da desolação do estado da cidade, convocava-se o estado de cansaço; o emprego dos caracteres em negrito. Nos dois casos, “o sistema actancial” (Boltanski, 1990), a partir do qual se constitui um trabalho de intriga que define lugares ocupados na elaboração da denúncia pública: a população é vítima das péssimas administrações, o governo municipal ou o prefeito é culpado, os redatores das cartas são os denunciadores, e os leitores, o público. Tanto os manifestantes quanto os transeuntes que recebem as cartas nas ruas acabam cumprindo um papel de juiz, a quem cabe participar e se envolver nesta “ação coletiva absorvente”. Também, pode-se surpreender com a semelhança das formas de se endereçar ao Prefeito ou ao Governo Municipal a partir do procedimento de lembrar quais são as suas respectivas funções, formulado de forma interrogati-

⁷ “Ser limado” é uma categoria frequentemente empregada nestes grupos políticos para designar a ameaça de ser afastado de situações de decisões coletivas.

⁸ O conceito de regime de ação, elaborado por Boltanski e Thévenot (1991), refere-se aos quadros cognitivos e definicionais de situações, que orientam as ações das pessoas. Neste sentido, o regime de ação é muito próximo da idéia de *frame* de Goffman (1991a), uma vez que este autor também insistiu no fato de que esta noção se refere a um enquadramento de situações.

va: "Cadê o dinheiro de Nova Iguaçu?". Ou, na carta de 1981, "Para onde foram esses Cr\$ 84 milhões de cruzeiros? [...] Queremos saber para onde está indo o nosso dinheiro!".

Todavia, tais semelhanças não sugerem que as críticas formuladas para denunciar "mazelas" da população e "falcaturas" do governo não se ajustaram aos diferentes contextos não somente municipal, estadual e federal, mas também aos diversos espaços e envolvimentos políticos a partir dos quais elas estão formuladas. Uma atenção voltada para os realces em negrito – mantidos conforme colocados nos documentos originais – aponta para o ajustamento das denúncias aos contextos em que foram formuladas. A carta de 1981 se endereçava ao "Sr. Prefeito" diretamente e em negrito. Na carta do início da década de 2000, a forma de se endereçar à mesma personagem é mais despersonalizada, o que pode ser visto com a expressão "o Prefeito". O que é realçado, na atual carta, é uma crítica geral que reúne todos os problemas sociais descritos ao longo da carta como questão moral ("Moralização da administração pública", primeiro elemento visível ao se dar uma primeira vista sobre esta carta). Em 1981, a frase "Essa é nossa luta, Sr. Prefeito, e nela seremos incansáveis" fecha a carta. Aquela do início da década de 2000 convida a população a sair à rua, ocupar um lugar legitimado no espaço público, em todos os seus sentidos, para "transformar a cidade". Em vez de um pedido (como na década de 80) para ser ouvido pelo governo municipal ("na definição de prioridades, alocação de recursos, pois acreditamos que só com a participação ativa dos moradores podemos superar a grave crise que atravessa nosso município"), o repertório político mobilizado hoje abrange dispositivos democráticos como a CPI, o SUS ou, ainda, as leis. Dispositivos de uma ordem pública e constitucional que reenquadraram as formas de mobilizações, de reivindicação e de problematização.

Os assuntos pouco mudaram, assim como, obviamente, os ambientes (inclusive o meio urbano) em que são elaborados. Mas a forma da reivindicação, o modo de se mobilizar e de se envolver numa causa sustenta-se numa gramática política que, desde o processo de 1988, é construída pelos agentes políticos a partir da experimentação, no curso das ações coletivas, das ferramentas oferecidas pela Constituição. Coletivos constituídos desmembram-se, reformulam-se no curso da ordem social, tateando dispositivos e repertórios, ajustados aos seus contextos, de uma "gramática política". Essas regras são não somente discursivas, mas também gestuais e de apresentação de si mesmo, agora orientadas para um regime de publicidade em curso de construção.

Conclusão: algumas considerações sobre a emoção e a reivindicação – a gramática política de Nova Iguaçu

Muitos outros panfletos da década de 80 e de 90 também mobilizam o repertório "é triste viver em Nova Iguaçu" ou "é tris-

te a situação de Nova Iguaçu". A continuidade da mobilização deste recurso ao longo das décadas pode convidar a refletir sobre a relação entre a construção de um repertório reivindicativo com a mobilização de emoções nas gramáticas políticas dos movimentos sociais. Entender o papel da emoção na explicitação e publicização de uma reivindicação é, a meu ver, particularmente importante na medida em que este aspecto traduz uma competência das lideranças em buscar envolver outros atores, não inseridos em lideranças, para participar de uma mobilização coletiva. A emoção, como já dito anteriormente, passa a ser um recurso que dramatiza, em um sentido teatral, os problemas selecionados pelos protagonistas organizadores deste ato.

Em ambos os casos, a gramática política mobilizada para envolver pessoas neste evento relaciona a tristeza, a humilhação ou, ainda, o desrespeito para com a reivindicação da necessidade de solução, em diversos níveis, dos problemas sociais da cidade. Ora, a primeira forma de expressar uma indignação não se refere diretamente ao campo da denúncia, da ofensa aos direitos cívicos ou a um tópico universalista, mas mobiliza repertórios gramaticais emocionais a partir dos quais será listado o descaso dos governantes em relação aos assuntos problematizados por estas arenas. A ausência de um repertório enfatizando explicitamente o campo dos direitos fundamentais, substituído pelo realce das emoções que decorrem da falta deste direito é significativa. Esta passagem é indubitavelmente relacionada a um esforço de generalizar as críticas destas lideranças para toda a população iguaçuana. Mas o meio de generalização, que, em vez de se manifestar através de uma lógica "conscientizadora", apela para a emoção, pode ser entendido como uma forma de tornar absorvente a leitura do panfleto. Este panfleto comovente retoma sentimentos que marcam a experiência cotidiana de viver em Nova Iguaçu⁹ e que são imediatamente identificáveis por parte dos habitantes desta cidade. Em outros termos, os sentimentos referem-se a experiências corriqueiras de se viver em Nova Iguaçu, e o movimento se apresenta, assim, do ponto de vista do potencial de apresentar uma aptidão de compreensão e de reconhecimento do outro (um outro que pode ser qualquer morador de Nova Iguaçu). A relação emocional deste panfleto ilustra a natureza da alteridade que muitas das lideranças da federação tecem com os frequentadores da Associação. A emoção é, de um lado, um procedimento dramatúrgico e, por outro, uma espécie de identificação das lideranças em relação aos impactos emocionais que podem provocar "o descaso", que nada mais é que um "descuido" dos governantes em relação à população. A falta de cuidado (*care*) e a ausência de preocupação do Estado para com a população ofendem, então, não somente populações que agem em um regime democrático, sujeitos de direitos, bem como pressupõem uma forte vulnerabilidade (no sentido de Goffman, 1991a; 1991b) de uma população cujos movimentos passam a ajustar suas críticas com o contexto emocional destas pessoas.

Neste sentido, é interessante observar que, para além destes repertórios reivindicativos, *stricto sensu*, os diretores do MAB

⁹ Sobre este ponto, ver o detalhamento desta discussão em Freire (2005), capítulo I.

apresentam forte preocupação em tornar qualquer reunião um pequeno cerimonial democrático, celebrando a participação popular. A forte sociabilidade e os pequenos rituais que acompanham a reunião, a disponibilidade dos diretores e os laços estreitos tecidos entre certos presidentes com algumas lideranças de associações de moradores contrastam com o descaso que é denunciado nesta carta. De certa forma, por maiores que sejam as dificuldades orçamentárias da Federação, o MAB se apresenta como um espaço de cuidado com "suas" lideranças.

Afirmar o caráter emotivo da gramática política pode ser também lido, neste sentido (e o que foi apresentado acima evidencia esta afirmação), como uma manifestação do "cerceamento da palavra" (Machado da Silva, 2007), da palavra reivindicativa que não é reconhecida publicamente. A semelhança das críticas da década de 80 com as da década atual é uma manifestação de que este esforço de problematização de 25 anos não foi ouvido e, por isso, não foi reconhecido publicamente, tornando a passagem do problema social para o problema público um processo quase esquizofrênico ao longo deste tempo. A mobilização da emoção poderia ser, assim, mais uma competência neste esforço de reconhecimento das reivindicações dos movimentos iguaçuanos.

Por fim, esta emoção certamente deveria ser relacionada com a repercussão de outras formas de violências morais e/ou físicas em Nova Iguaçu, outro fator que ameaça a publicização da palavra dos movimentos desta cidade e aumenta paralelamente a profusão de emoções como medo, sentimentos de humilhação e de descaso. Isso leva, também, a conter cada vez mais sua voz no espaço público. Acrescentando esta dimensão ao descuido governamental, a leitura da crise, ou do fim dos movimentos de base, merece ser repensada. Descrições densas sobre as explorações dos mundos sociais nos quais circulam estas lideranças permitiram refinar ou reformular um já habitual diagnóstico sociológico e político sobre o associativismo que se limita a denunciar certas práticas, clientelistas, populistas ou de cooptação de associações de moradores. Isso equivale também a menosprezar as palavras e percepções dos cada vez menores números de atores sociais que ainda se envolvem nestes coletivos. Esta é uma dificuldade adicional para a constituição de coletivos políticos, os quais vêm se reconstituindo e se redefinindo no interstício dos "tradicionais" movimentos sociais brasileiros e de outras formas de ações coletivas. Resta-nos descobrirmos estas novas arenas, descrevermos seus modos de ação e seguirmos suas movimentações no espaço público.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a equipe do IBMEC/RJ pelo incentivo e por ter possibilitado minha participação neste evento. Agradeço também Beth Cobra, Flávio Lara, Juliana Farias, Lia Rocha e Luiz Antonio Machado da Silva pelas trocas, revisões e sugestões em diferentes fases de redação deste artigo.

Referências

- BLUMER, H. 1969. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969. 208 p.
- BOLTANSKI, L. 1990. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris, Métailié, 381 p.
- BOLTANSKI, L. e THÉVENOT, L. 1991. *De la justification – Les économies des grandeurs*. Paris, Gallimard, 483 p.
- FREIRE, J. 2005. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, 266 p.
- GEERTZ, C. 1989. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: C. GEERTZ, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, p. 278-321.
- GOFFMAN, E. 1991a. *Les cadres de l'expérience*. Paris, Minuit, 573 p.
- GOFFMAN, E. 1991b. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Tomos 1 e 2. Paris, Editions de Minuit, 256 p. e 372 p.
- GUSFIELD, J. 1981. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago, University of Chicago Press, 278 p.
- LATOUR, B. 1993. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris, La Découverte. 252 p.
- MACHADO DA SILVA, L.A. 2007. "Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública", *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento* (Relatório de pesquisa FAPERJ), mimeo.

Referências complementares

- DEWEY, J. 2003. *Le public et ses problèmes*. Paris, Léo Scheer, 205 p.
- DOIMO, A. M. 1995. *A voz e a vez do popular*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 352 p.
- LATOUR, B. 1989. *La science en action*. Paris, La Découverte, 450 p.

Submetido em: 20/05/2007

Aceito em: 25/06/2007